II FÓRUM DE SECRETÁRIOS DO MEIO AMBIENTE DO LITORAL PAULISTA

24 e 25 de maio de 2018 - CANANEIA - SP

MANIFESTO

Em todos os segmentos da administração pública a transversalidade da questão ambiental se faz, indiscutivelmente, sensível. Não é incomum que os gestores que atuam nessa área mantenham agendas “lotadas” com compromissos diversos – que perpassam desde o Ministério Público até a mediação de conflitos com as entidades do Terceiro Setor - faltando tempo, entretanto, para implantar minimamente uma estratégia para a execução do seu planejamento, independente da orientação de espectro ideológico ou partidário.

Se por um lado somos os mais acionados, paradoxalmente existe a versão de que impedimos o desenvolvimento, criando problemas e atrasando o deslanchar de gestões mais voltadas a “tocar obras”, ou ainda, entravando as atividades do setor empresarial.

Paralelamente, aflora também a produção de pesquisas científicas que pautam a sociedade civil organizada, surgindo farto material que contribui para a expansão da fronteira do conhecimento e, invariavelmente, deságua em acalorados debates – o que é positivo.

Nesta toada, um tema que a academia tem colocado em pauta de forma vigorosa, sem qualquer dúvida, são as consequências gravíssimas das mudanças climáticas e demais discussões ambientais relevantes, tal como escassez de minérios essenciais no próximo século, demonstrando que, logo ali no horizonte está em curso uma série de impactos ambientais negativos, quiçá irreversíveis dentro de pouco tempo, pondo em risco até mesmo a cidadania e a civilização.

A renomada professora doutora Célia Regina de Gouveia Souza, do Instituto Geológico -SMA/SP, apresentou importantes dados científicos. Estes indicam que, daqui a apenas 22 anos (portanto em 2050), eventos extremos de forte ressaca e maré alta poderão colocar bairros inteiros do Litoral Paulista literalmente debaixo d’água.

O modelo prevê que nesses eventos extremos haverá aumento do nível do mar de até 1,60m, além do registrado em 2000, alagando centenas de bairros e milhares de pessoas que vivem na Baixada Santista. As praias também poderão desaparecer. Em especial aquelas que já sofrem de erosão crônica e estão em risco muito alto de erosão.

Não obstante, teremos que encarar desafios de como lidar com refugiados climáticos. Não se trata de alarmismo, mas sim, de robusta produção científica que corrobora com aquilo que já se anunciava: indiscutivelmente, todas as 16 cidades do Litoral Paulista serão as primeiras a experimentarem os deletérios efeitos das mudanças climáticas e assim, terão agravadas suas questões sociais.

Do ponto de vista econômico, as notícias não são melhores, uma vez que a maioria esmagadora das cidades do Litoral Paulista depende do turismo de sol, tendo como sua principal fonte de renda os serviços provenientes da utilização das praias. Fato este que é absolutamente incontroverso, fora afetar ou dificultar uma cadeia produtiva local que gere emprego e renda.

Porém, os avanços do processo erosivo nestes espaços são gritantes. Segundo a professora, mais da metade (51,5%) das praias paulistas estão em riscos muito alto e alto de erosão costeira, contabilizando 46,3% das 67 praias monitoradas no Litoral Norte, 62,5% das 23 praias monitoradas na Região Metropolitana da Baixada Santista, e 62,5% das 8 praias avaliadas no Litoral Sul.

Desta forma, considerando os modelos provisionais de elevação do nível do mar até o final século XXI, se nada for feito, simplesmente dezenas dessas praias poderão desaparecer. Não existirá faixa de areia, local que atrai e alavanca a economia do nosso Litoral.

Alguns municípios já saem na dianteira. É o caso de Santos, que elaborou o Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas. Outros possuem estudos em curso. Contudo, a falta de visão global e estratégica do gravíssimo problema, praticamente imobiliza as pequenas estruturas ambientas que cada cidade, quixotescamente, mantém.

Não obstante, os municípios do Litoral Paulista têm em comum aspectos relacionados ao clima, à geografia, à densidade demográfica, além de questões ligadas à proteção de suas unidades de conservação, destinação dos resíduos sólidos, ocupação de áreas protegidas, geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

Outro ponto sensível é o perverso pacto federativo nascido da Constituição de 1988, o qual impôs aos municípios diminuir capacidade de receita, mas aumentou sobremaneira as obrigações do Executivo Municipal. E a responsabilidade vem cada vez mais sendo repassada a esse ente federativo. Com isso, sem estruturação financeira, recursos humanos e planejamento estratégico é impossível forjar e colocar de pé qualquer política pública, seja ambiental ou não.

O Brasil das economias organizadas está dentre as que figuram com maior desigualdade social e a população reivindica melhores serviços públicos. Dentro desse escopo, se faz urgente a incorporação de metas para que nossos municípios se tornem mais sustentáveis e possamos então reduzir as demandas sociais. Outras nações já obtiveram êxito em políticas economicamente pujantes, socialmente justas e ambientalmente corretas. Cabe a nós abraçar as agendas como superação da miséria, acesso à água, tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos, pautas dos séculos XIX e XX e, ao mesmo tempo, incorporarmos a agenda de sustentabilidade do

século XXI, colocada inclusive pela ONU como metas para esse século, intitulada “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS).

Desta forma, cientes do imenso ônus com o presente e da responsabilidade para com as gerações futuras, mas também sensíveis à limitação de recursos financeiros de cada município, identificamos a urgência de ações coletivas como um grito de alerta e de resposta ao cenário sombrio. Neste sentido, considerando a necessidade de construirmos pautas mínimas e comuns acima de qualquer corrente ideológica ou partidária, é providencial e indispensável a fundação do FÓRUM PERMANENTE DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO LITORAL PAULISTA.

A iniciativa conta com total apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que busca soluções coletivas de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas a partir das configurações regionais. É desta forma que se otimiza o intercâmbio de informações, se potencializam as experiências e se definem estratégias de cooperação e união de forças no enfrentamento dos fenômenos climáticos que atingem as cidades com intensidade cada vez maior. Para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o Litoral é a região em que a variável ambiental demanda um olhar específico, uma atenção especial do Estado, uma vez que os impactos das mudanças climáticas atingem, primeiramente, as áreas costeiras.

O escopo deste Fórum é não somente tratar das consequências das mudanças climáticas, mas sim organizar as cidades em rede, unir as frágeis Secretarias de Meio Ambiente e órgãos assemelhados. O intuito é transformá-los em verdadeiros *bunkers* contra os fortes impactos ambientais negativos que já se avistam no horizonte e, com isso, propor um novo modelo de desenvolvimento regional e de políticas públicas eficientes.

A partir desta reunião, teremos encontros periódicos e, juntos, uniremos as estruturas e compartilharemos informações buscando, dentro ou fora do País, formas de elaboração e financiamento de políticas públicas. A ideia é conquistar corações e mentes em prol da proteção e conservação ambiental e deste modo, avaliaremos a transição de um Fórum Permanente para outra figura jurídica, que possa melhor atender aos interesses desse grupo.

Guarujá, 28 de março de 2018

Assinam este documento:

- Maurício Brusadin – Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- Marcos Antonio Godoi – Secretário de Meio Ambiente de Bertioga
- Erick Willy Weinnenberg Batista – Secretário de Meio Ambiente de Cananéia
- Mauro Haddad Nieri – Secretário de Meio Ambiente de Cubatão
- Marcel Luiz Gioegeti – Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba

- Sidnei Aranha – Secretário de Meio Ambiente de Guarujá
- Fátima Lisboa Collaço – Diretora da Divisão de Meio Ambiente do município de Iguape
- Marcio José Lúcio – Diretor da Divisão de Saneamento Ambiental de Ilha Comprida
- Ruy Santos – Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Itanhaém
- Marcelo da Silva Ramos – Diretor Municipal de Meio Ambiente de Mongaguá
- Rosângela Barbosa – Diretora do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Peruíbe
- Israel Lucas Evangelista – Secretário de Meio Ambiente de Praia Grande
- Marcos Libório – Secretário de Meio Ambiente de Santos
- Auracy Mansano - Secretário de Meio Ambiente de São Sebastião
- Vitor Carlos Vitorino do Espírito Santo – Secretário de Meio Ambiente de São Vicente
- Wilber Cardozo – Secretário Municipal de Meio Ambiente de Ubatuba